



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

**ANALISTA FAZENDÁRIO DE SAÚDE
OCUPACIONAL - SERVIÇO SOCIAL
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

Assinatura

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doar-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reivindicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

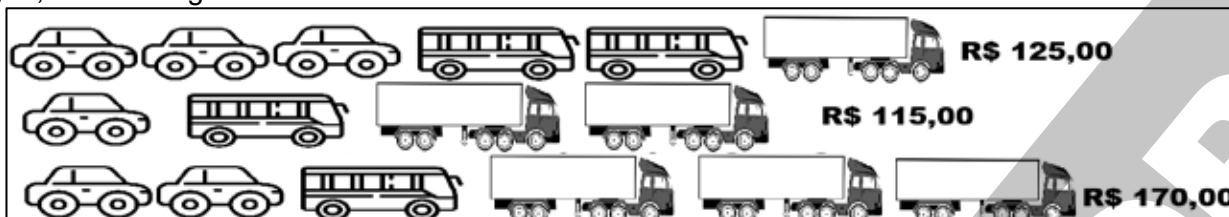
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma supralegal.
- (B) podem ter hierarquia supralegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

- (A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.
- (B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.
- (C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.
- (D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.
- (E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

- (A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.
- (B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.
- (D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.
- (E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

- (A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.
- (B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.
- (C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.
- (D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.
- (E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
- (B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
- (C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
- (D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
- (E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
- (B) R\$ 4.800.000,00.
- (C) R\$ 5.200.000,00.
- (D) R\$ 5.500.000,00.
- (E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
- (B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
- (C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
- (D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
- (E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA FAZENDÁRIO DE SAÚDE
OCUPACIONAL - SERVIÇO SOCIAL**

51 Na história social brasileira existe um novo marco definidor da área da Seguridade Social que se situa na Constituição Federal de 1988, no título VII “Da Ordem social”, capítulo II “Da Seguridade Social”, onde são estabelecidos os fundamentos para esta importante área da política social, em sintonia com os mais avançados sistemas de bem-estar social no mundo. Sobre estes fundamentos, julgue as assertivas a seguir:

- I. Em sintonia com o paradigma liberal dominante no mundo ocidental, a Seguridade Social brasileira se funda na concepção de ordem social baseada no primado do trabalho.
- II. A nova concepção de Seguridade Social se expressa como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade” (CF/1988, art. 194), nas quais estes atores sociais se encarregam equitativamente das responsabilidades implicadas.
- III. A concepção brasileira de Seguridade Social focou na proteção de direitos sociais dos/as trabalhadores/as no campo da saúde, previdência e assistência social.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

52 No que tange à Seguridade Social brasileira, seus objetivos foram radicalmente alterados pela Constituição Federal de 1988. Estão incluídos neles os seguintes objetivos:

- (A) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; diversidade na forma de participação no custeio.
- (B) elegibilidade na prestação dos benefícios e serviços; universalidade da cobertura e do atendimento.
- (C) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa; diversidade da base de financiamento.
- (D) seletividade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (E) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa; equidade do valor dos benefícios.

53 Uma importante inovação trazida para a Seguridade Social do país, que foi progressivamente implantada através de extensa legislação infraconstitucional, está na forma de seu financiamento, que passa a se realizar atendendo aos seguintes padrões:

- (A) deverá ser financiada com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos municípios e das entidades da sociedade civil.
- (B) integrarão a base de financiamento da Seguridade Social contribuições provenientes: dos empregadores; dos trabalhadores, incluindo os aposentados e pensionistas; de receitas de concurso de prognósticos; do importador de bens e serviços; sobre bens e serviços.
- (C) o orçamento da Seguridade Social será elaborado de forma integrada pelas áreas da saúde, assistência e previdência, bem como a sua gestão.
- (D) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atinentes à Seguridade Social integram o orçamento da União, já que se destinam ao mesmo fim.
- (E) a expansão de quaisquer serviços e/ou benefícios da Seguridade Social está condicionada à existência de fonte de custeio total.

54 A noção de “Seguridade Social” emerge e se consolida no pós-guerra na Europa ocidental, havendo consenso quanto à centralidade do “Plano Beveridge” para sua realização. Sua adoção no Brasil, por meio da CF 1988, revelou sintonia, no que tange a se constituir em um avanço na direção da ampliação da garantia de direitos sociais à classe trabalhadora. No entanto, no Brasil, a literatura especializada vem afirmando que este “sistema”, em sua implantação no país desde os anos 1990, vem se afastando de suas bases e sendo desmontado, porque

(A) o financiamento do Estado de bem-estar, que contém a Seguridade Social, é baseado na perspectiva keynesiana, que supõe o déficit fiscal, para evitar as crises do capital; logo, é insustentável, levando o Estado à bancarrota.

(B) a ampliação dos direitos sociais reduziu o estímulo do trabalhador ao trabalho, o que gerou impacto na oferta de mão de obra, redução de arrecadação pelo Estado e consequente desinvestimento em políticas sociais.

(C) houve a ascensão do ideário neoliberal, que se apresentou como remédio para a crise fiscal do Estado, propondo redução de investimento em Seguridade Social, privatização de serviços públicos e combate à influência dos sindicatos nas decisões públicas.

(D) a ampliação do investimento em direitos sociais e atendimento à população necessitada forçou o poder público a reduzir o investimento em capital, que é justamente o que gera empregos de qualidade, aumentando, em consequência, a pobreza.

(E) na área da seguridade social, em particular na previdência social, o envelhecimento da população e a desatualização das contribuições dos trabalhadores levaram a um desequilíbrio atuarial e ao déficit previdenciário crescente, forçando uma ampla reforma.

55 A Reforma Sanitária brasileira foi um movimento inaugurado nos anos 1970, sendo determinante para as conquistas registradas na Política de Saúde no Brasil. Foi este movimento que coordenou a construção do modelo que culminou com a criação e implementação do Sistema Único de Saúde - SUS. A esse respeito, considere as seguintes afirmativas:

I. Recebeu forte influência do modelo de saúde norte-americano, inspirado nos fundamentos da medicina social.

II. Na vanguarda do movimento estiveram médicos sanitaristas vinculados à Universidade de São Paulo e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que fundaram a revista “Saúde em debate” e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

III. Entre os princípios defendidos pelo movimento se encontram: direito universal à saúde, descentralização, participação popular e integração entre saúde popular e saúde previdenciária.

IV. O deslocamento e concentração para o setor público dos serviços de saúde pública, impulsionado pelo movimento, fragilizou o setor previdenciário nacional.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) II e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I e III, apenas.

56 No artigo 196 da CF 1988 está estabelecido que “A saúde é direito de todos e dever do Estado”. Sobre esta base normativa se ergueu uma nova Política de Saúde, traduzida pelo SUS. Acerca do tema, considere as afirmativas:

I. Com o advento da nova política de saúde expressa no Sistema Único de Saúde (SUS) foi rompida a dicotomia entre saúde previdenciária e saúde pública vigente anteriormente.

II. São princípios do SUS: Universalidade, Equidade e Gratuidade.

III. São diretrizes do SUS: Descentralização, Regionalização, Hierarquização e participação popular.

IV. A participação do setor privado no SUS é permitida e tem se revelado como motor de seu desenvolvimento.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I e III, apenas.

57 Nestes 35 anos de advento do SUS, a literatura crítica especializada identifica razões robustas para celebrar avanços na conquista de direitos sanitários, mas, ao mesmo tempo, identificar limites não superados e ameaças. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. Nesse tempo de existência do SUS, podemos considerar que se encontra no início de sua evolução, com limitado alcance da consolidação do que estabelece sua normativa básica, devido às disparidades regionais, ao crônico subfinanciamento e às graves desigualdades sociais.
- II. Uma das mais expressivas conquistas da ação do SUS deve-se à melhoria da atenção primária e ao massivo atendimento especializado na alta complexidade, levando ao controle de doenças crônicas.
- III. Com base no IDSUAS (FIOCRUZ) é possível identificar avanço nos seguintes indicadores sociais e de serviços de saúde pública, graças ao SUS: queda contínua na mortalidade infantil, crescimento da atenção primária e aumento do acesso à consulta e exames.
- IV. Uma das maiores ameaças ao SUS refere-se à interferência política e corporativa privada e à promiscuidade entre o capital que atua na saúde e governos, fragilizando a sustentação pública do Sistema.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

58 Hoje, há uma unanimidade em torno do SUS: é o maior sistema de saúde pública do mundo em termos de abrangência e na sua forma de universalidade. Há um aspecto central na sua compreensão conceitual que é a “integralidade”. Podemos afirmar que, no arcabouço do SUS, a integralidade se refere a(à):

- (A) integralização de ações curativas na base do sistema: no município.
- (B) ruptura histórica e institucional, com a separação entre ações de cunho curativas e preventivas.
- (C) ações integradas entres os entes federativos: União, Estados, Distrito federal, municípios e setor privado.
- (D) percepção multidimensional da relação doença/saúde, envolvendo os sujeitos como um todo, em face da sociedade e do meio ambiente.
- (E) percepção biomédica do paciente, percebido como um ser biopsicossocial.

59 A área da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a despeito de todos os preconceitos ancestrais que lhe pesam, foi afetada na sua estrutura conceitual, valorativa e metodológica, depois da CF 1988 e das legislações infraconstitucionais (32 anos da LOAS e 20 anos do SUAS), que lhe foram dando operacionalidade. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o maior avanço desta política refere-se ao foco financeiro e político nas camadas mais pobres, ênfase que nenhum governo empreendeu anteriormente.
- (B) a principal transformação desta área de política pública refere-se ao deslocamento de seu cerne, definido antes como sendo de competência da sociedade civil e complementado pelas ações estatais, para como integrante da área da Seguridade Social, como direito social de cidadania.
- (C) ao se aliançar a área da Seguridade Social com a área da saúde pública, direta e indiretamente, afetou-se um dos maiores impulsionadores do adoecimento da população, que é a vulnerabilidade social, trazendo melhoria nos indicadores sociais em todas as regiões.
- (D) o maior avanço trazido pela nova PNAS se expressa na articulação igualitária entre todos os entes da federação (União, Estados e Municípios), com o financiamento da União e execução pelas entidades da sociedade civil.
- (E) a criação do SUAS expressa o maior avanço da PNAS, pois expressa a assunção do comando único da União no planejamento, implantação, implementação, execução, monitoramento e avaliação, com financiamento do maior ente da federação.

60 Autoras/es da área de Serviço Social, analisando a PNAS/SUAS, coincidem e divergem em compreensões sobre as possibilidades e limites desta área em relação à prescrição do Projeto Ético-Político das/dos assistentes sociais, na busca por realizar um trabalho transformador da realidade, constituindo grupos de pensamentos diferentes. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. Há um grupo de autoras/es que defendem que, a despeito dos avanços normativos na área da assistência, no campo do Serviço Social, se desenvolveu uma visão fetichizada da assistência (mito da assistência social) que escondem as contradições da política no capitalismo brasileiro e levam a distorções conservadoras no trabalho profissional.
- II. Outro grupo de autoras/es defende que estas mudanças trazidas pela PNAS/SUAS reforçam o assistencialismo, pois, ao trazerem para o âmbito estatal o protagonismo da gestão e do financiamento da política, afastam o poder popular expresso pela ação da sociedade civil organizada.
- III. Autoras/es outras/os apoiam um conjunto de concepções que divergem das anteriores, por identificarem expressivos avanços na conquista dos direitos socioassistenciais e por ser este espaço sócio-ocupacional o maior da profissão que ainda precisa ser mais bem ocupado (pelo conhecimento e pela ação), uma vez que contém tanto espaço de avanços sociais quanto de retrocessos.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

61 O SUAS (2004) criou um sistema para a PNAS descentralizado e participativo, hoje presente em todos os municípios do país. Sobre este sistema, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. As principais características do SUAS são: direito de todas/os cidadãs/ãos indistintamente, descentralização, controle social.
- II. É um sistema público nacional que organiza serviços, programas e benefícios, baseado na CF 1988, na LOAS e na NOB/SUAS.
- III. Os níveis de Proteção Social do SUAS são: 1- Básica (população vulnerável com direitos violados), atendimento nos CRAS (situados em áreas de vulnerabilidade social); 2- Especial Média (prevenção de riscos sociais), atendimento no CREAS; e Alta complexidade (população com vínculos rompidos), em entidades de longa permanência.
- IV. Estrutura-se a partir de gestão descentralizada entre os entes da federação, da existência de Conselhos e Fundos nacionais, estaduais, distrital e municipais de Assistência Social e do co-financiamento.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) IV, apenas.

62 A Previdência Social brasileira foi profundamente reformada em seus objetivos e princípios, o que está evidenciado na legislação que normatiza a área (CF 1988, Lei nº 8.213/1991, Decreto nº 3.038/1999 - e alterações). Com relação a seus objetivos e princípios, analisem-se as afirmativas a seguir:

- I. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; equivalência de participação nos planos previdenciários.
- II. flexibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite.
- III. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.
- IV. caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite; irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

63 As normas previdenciárias brasileiras atualizadas estabelecem que sua organização se dará na forma de regime geral de caráter contributivo e filiação obrigatória, dentro de critérios que preservem equilíbrio financeiro e atuarial, atenderá a segurados e dependentes, oferecendo

- (A) cobertura de eventos de doenças, invalidez e pobreza.
- (B) cobertura a famílias em risco social e idade avançada.
- (C) proteção à maternidade e proteção ao trabalhador voluntariamente desempregado.
- (D) cobertura de eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e pensão por morte.
- (E) cobertura de reclusão para o segurado e seus dependentes de baixa renda.

64 O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) possui as seguintes prestações por categoria de segurado ou dependente:

- (A) segurado: auxílios por incapacidade temporária, auxílio-acidente, salário-família, salário-maternidade, auxílio-reclusão.
- (B) segurado: aposentadoria por incapacidade permanente, aposentadoria programada, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade do trabalhador rural.
- (C) dependente: salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão.
- (D) segurado e dependente: reabilitação profissional, BPC e Serviço Social.
- (E) dependente: pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-reclusão.

65 Sobre os segurados da previdência e as pessoas físicas que estes representam, analisem-se as seguintes afirmativas:

- I. Os segurados obrigatórios exercem atividades remuneradas e os facultativos têm baixa renda familiar e exercem exclusivamente atividades domésticas não remuneradas.
- II. Entre os obrigatórios estão os empregados com vínculo empregatício (carteira assinada) e os empregados domésticos que trabalham em residências de forma remunerada.
- III. Os trabalhadores avulsos são segurados obrigatórios e prestam serviços a uma empresa e, diferentemente desses, o contribuinte individual é aquele que contribui por conta própria, sem vínculo empregatício, por exemplo: os autônomos, profissionais liberais etc.
- IV. Os segurados especiais atuam de forma individual ou em regime de economia familiar sem empregados permanentes (trabalhadores rurais, pescadores artesanais, seringueiros e extrativistas vegetais).

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

66 Após o advento das novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996), tanto a formação quanto o trabalho profissional passaram a ser influenciados por um novo conceito presente nos fundamentos teóricos e metodológicos da profissão. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova concepção de Fundamentos Profissionais é a somatória dos conteúdos ligados à matéria Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social.
- (B) coincide com a somatória das matérias: Sociologia, Ciência Política e Fundamentos Histórico e Teórico-metodológico do Serviço Social.
- (C) Yazbek (2018) a define como a “matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade, (...) na qual se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade”.
- (D) por se tratar de uma profissão eminentemente interventiva, seus fundamentos técnico-operativos são o foco principal, pois definem a profissão perante a sociedade.
- (E) após a Reconceitualização, a profissão ganhou uma ênfase marcadamente política, razão pela qual a nova definição de fundamentos está ancorada na dimensão ético-política.

67 Durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, José Paulo Netto, na sua obra “Ditadura e Serviço Social” (1991), destaca que a “intenção de ruptura” foi a corrente que mais impulsionou a profissão para um salto de qualidade. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. A categoria “ruptura”, no pensamento do autor, referia-se à tentativa de superação do modelo franco-Belga católico, trazido para o Brasil desde a primeira escola em Porto Alegre.
- II. A “intenção de ruptura” foi cunhada pelo autor se referindo a uma corrente pretensamente marxista, que perdeu para a corrente do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, devido a graves distorções teóricas cometidas.
- III. A corrente “intenção de ruptura”, influenciada pela esquerda hegeliana, combateu o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis (CBCISS), construindo o famoso “Método BH”.
- IV. A corrente de orientação marxista “intenção de ruptura” foi assim chamada pelo autor devido a debilidades teórico-metodológicas e ausência de autores clássicos, mas ainda assim formula pioneiramente uma proposta crítica para o Serviço Social.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

68 Um dos processos de debate no Serviço Social pós-reconceituado em termos de fundamentos deu-se com o método crítico dialético, já que no seu trato foram encontradas algumas das mais sérias debilidades identificadas na “intenção de ruptura”. Na busca de aprofundamento, objetivou-se avançar acerca da categoria de mediação do referido método. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. No Serviço Social, a primeira aproximação na literatura profissional ao método dialético foi viesada pelo marxismo vulgar ou “marxismo-sem-Marx”.
- II. A influência positivista na dialética “materialista” costuma sutilmente levar autores bem-intencionados a reproduzirem análises “críticas” que ultrapassam a névoa da imediatez, através da captura de mediações.
- III. A dialética crítica bem trabalhada pelos assistentes sociais deve articular as três categorias centrais do método: a totalidade, a contradição e a mediação.
- IV. A mediação é categoria estruturante do método dialético, pois tanto é ontológica quanto reflexiva e permite ao sujeito cognoscente realizar o movimento do abstrato ao concreto.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

69 Desde o advento do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social, um consenso se formou acerca do objeto de trabalho de assistentes sociais: a questão social. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. Sua compreensão no Serviço Social coincide com a expressa pela Encíclica Papal *Rerum Novarum* do final do século XIX, que a admite como injustiças sociais que atingem a classe trabalhadora.
- II. A questão social está afeita a problemas sociais, individuais e familiares na sociedade capitalista, levando a uma desadaptação na sociedade competitiva e excludente.
- III. A questão social expressa as contradições da sociedade capitalista, nas tensões entre suas classes fundamentais: capitalistas x proletariado, desigualdade essencial gerada pelo monopólio dos meios de produção pelos primeiros.
- IV. As “expressões da questão social” se manifestam como políticas sociais de Estado para atender a distintas demandas sociais.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

70 A relação entre o Serviço Social e outras profissões da área das ciências humanas e sociais, nos espaços sócio-ocupacionais, vem crescendo nas mesmas passadas da atuação da esfera estatal junto às demandas das expressões da questão social, configurando políticas sociais, nas quais aquela relação foi sendo exigida. Esse tipo de relação é conhecido como *interdisciplinaridade*. Além desse conceito, por conta de sua relação com outras dimensões, surgiram os conceitos de multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Nesse contexto, é correto afirmar que

(A) o relacionamento entre o Serviço Social e outras profissões, como a Psicologia e a Pedagogia, por exemplo, nas políticas sociais onde ocorre, para que seja considerado interdisciplinar, os conhecimentos de cada profissão precisam se fundir e gerar um novo tipo de saber.

(B) quando há profissionais de diferentes formações atuando separadamente, no âmbito institucional, sem intercâmbio de conhecimentos, tal relação é chamada de interdisciplinaridade.

(C) chamamos de transdisciplinaridade a relação entre profissões no espaço institucional, quando os conhecimentos de uma das profissões se impõem a outra por méritos científicos e posição hierárquica vinculada à finalidade da instituição.

(D) as relações entre profissões são chamadas de interdisciplinares quando há horizontalidade e intensa troca entre seus saberes específicos.

(E) a nomenclatura interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade é bastante polêmica na literatura especializada, mas recentemente se pactuou que o seu entendimento estará condicionado às culturas socioinstitucionais de diferentes setores.

71 A participação no planejamento e na gestão são competências profissionais essenciais para o trabalho de assistentes sociais. Estas dimensões – implícitas no funcionamento das organizações públicas e privadas – vêm passando por desafios políticos-administrativos-técnicos nos últimos tempos, acompanhando os choques provocados pelas crises do capital, com impactos particulares no aparelho de Estado. Sobre o tema considere, as afirmativas:

I. Após o segundo pós-guerra, o modelo gerencial adotado pelo Estado capitalista no ocidente combinou o fordismo e o neoliberalismo, chegando à construção do *Welfare State*, em que o atendimento aos direitos de cidadania se tornou o foco das ações.

II. No caso brasileiro, no desenvolvimento do modelo gerencial houve uma rara combinação de elementos provenientes desde a sociedade baseada no escravismo, passando pelo patrimonialismo (traço constante até hoje) e pela burocracia controlada pela classe dominante.

III. Segundo os clássicos da administração, as funções gerenciais básicas são: direção, planejamento, controle e organização. Nesse universo, o trabalho do Assistente Social, que busca sintonia com o Projeto Ético-Político profissional, centra-se na perspectiva da gestão democrática, visando à ampliação das classes subalternizadas.

IV. A supervisão em Serviço Social é uma das mais antigas competências profissionais e, numa perspectiva crítica da gestão democrática, se expressa numa ação com vínculo institucional, não eventual e inscrita numa relação técnica, hierárquica, em que o supervisor, ao deter mais conhecimento e poder, determina a ação do supervisionado.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) IV, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) III, apenas.

72 A questão social e suas distintas expressões, consideradas como objeto do Serviço Social, ganham na região amazônica particularidades que merecem especial consideração. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. Sendo o Brasil um único território, nascido sob as contradições da questão social, cuja compreensão remonta ao processo de colonização, a formação do profissional de Serviço Social, em qualquer região do país, precisa ser generalista e totalizante, porque ao se particularizar gera a fragmentação analítica.
- II. A questão social na Amazônia não é “defeito” do capitalismo, mas constitutivo deste, e se manifesta em seu território vasto, rico e diverso, pela cobiça, exploração e expropriação, por meio de métodos e formas distintas de outras regiões do país e do planeta; logo, a atuação de assistentes sociais na Amazônia que desconhecem as mediações ontológicas constitutivas deste ser social particular é temerária e arriscada para as/os usuárias/os.
- III. Para uma atuação coerente com o Projeto Ético-Político vigente no Serviço Social e expresso em parte no seu Código de Ética, assistentes sociais que atuam na região amazônica necessitam ter vivenciado as contradições da questão social na zona urbana ou na zona rural da região.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II, apenas.
- (B) II, e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

73 O processo de planejamento é complexo e sua compreensão é indispensável para o êxito de qualquer ação, seja no plano público ou privado, razão pela qual, para assistentes sociais, esse processo é crucial, tanto no plano teórico quanto prático. Sobre o tema, considere as afirmativas:

- I. O planejamento se define como a projeção da organização, com seus fins orientados para o futuro, a fim de indicar os meios para sua efetivação durante um prazo determinado.
- II. O planejamento estratégico situacional é inovador, diante dos antigos sistemas burocráticos de planejamento, porque pode ser aplicado em qualquer nível gerencial e por guardar um sentido político de estratégia de participação da base das organizações.
- III. No planejamento estratégico, a definição dos “cenários” das operações, bem como a identificação de “aliados”, “opponentes”, “interessados” e “inimigos”, incluindo o perfil das “forças em confronto” e o “tempo disponível”, constituem passos essenciais para o desenho das futuras ações nesta modalidade.
- IV. As definições de Programa, Plano e Projeto se diferenciam pelo nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações; assim, o primeiro é o mais geral e o segundo agrega o terceiro, que é um instrumento de execução de empreendimentos específicos.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

74 No aspecto da avaliação do planejamento, no que tange ao debate entre as distintas correntes, considere as afirmativas:

- I. A perspectiva mais tecnicista no campo da avaliação das políticas sociais defende que a avaliação baseada na relação custo-benefício (importada dos mecanismos de mercado) deve ser substituída pela análise qualitativa que envolva o conteúdo e o significado sociais delas e seu alcance nas transformações estruturais.
- II. A avaliação *stricto sensu* de políticas, programas, projetos sociais se atém ao conhecimento científico do alcance de seus fins, nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, sendo este último a aferição dos objetivos das ações, avaliadas no tempo.
- III. Numa perspectiva linear da avaliação de políticas sociais estão contidas, entre as etapas procedimentais recomendadas: 1 - identificação do problema com base na demanda; 2 - tomada de decisão; 3 - implementação; 4 - avaliação.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

75 As organizações e/ou instituições que compõem a malha de relações sociais na sociedade capitalista são fruto de mediações complexas, ontológicas. Logo, sua compreensão obriga a sofisticação teórico-metodológica no trabalho profissional de assistentes sociais, imersos nestes universos sócio-ocupacionais. Nesse sentido, na visão crítica da profissão, tais relações exprimem

(A) espaços ocupados por forças sociais compostas por vetores (segmentos de classes que se opõem): aqueles que defendem a manutenção da ordem e aqueles que defendem sua subversão, com hegemonia permanente dos primeiros.

(B) espaços institucionais das/dos profissionais de Serviço Social, onde, em razão da impossibilidade da neutralidade, as/os assistentes sociais devem se impor diante de seus superiores e até das/dos usuários no plano político-ideológico.

(C) espaços complexos onde as/os assistentes sociais estruturalmente atuam com/nas mediações que compõem as relações sociais, se encontrando com as contradições e possibilidades postas pela realidade, de modo que a superação da pseudoconcreticidade é condição necessária para a atuação crítica.

(D) espaços institucionais cujas mediações administrativas, financeiras e processuais se impõe sobre a autonomia profissional.

(E) espaços de relações tensas e políticas em que as ideologias políticas e partidárias das/os profissionais podem vigorar, dependendo da escolha do instrumental técnico-operativo que o profissional definirá na sua atuação.

76 A fundamentação teórico-crítica do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 considera que houve um grande avanço em relação à mesma normativa de 1986, pelo fato de que o Código vigente “estabeleceu mediações entre os projetos profissionais e os projetos societários” (CFESS, 2024, p. 60). Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) o projeto societário proposto pela Igreja Católica tensionou o projeto profissional do Serviço Social até a década de 1970, durante a Reconceitualização.

(B) a diferença entre projeto societário e projeto profissional depende dos projetos dos partidos políticos a que se vinculam os grupos de profissionais.

(C) os principais projetos societários que se tencionam, no interior do projeto profissional do Serviço Social, são o projeto da classe trabalhadora e o projeto da burguesia, que encontram no Código de 1993 a defesa da superação da ordem burguesa capitalista.

(D) a categoria profissional é heterogênea, no que tange à defesa de projetos societários, em virtude do que se faz necessária a defesa do código de ética de 1993, neutralizando as oposições que fragilizam a força do coletivo.

(E) o projeto profissional, expresso no Projeto Ético-Político sancionado em 1993, teve sua construção iniciada a partir do Congresso da Virada, em 1972.

77 “A intransigente defesa dos direitos humanos” é uma das prescrições constitutivas dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. Sobre os argumentos teóricos que fundamentam este princípio, julgue as seguintes afirmações:

I. Os Direitos Humanos, dentro dos princípios fundamentais para o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, são a categoria teórica-filosófica principal para nortear o posicionamento ético do/da Assistente Social, em direção à emancipação humana.

II. O Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 reconhece a limitação das lutas de DH, por terem, na sua abordagem, uma perspectiva de universalidade dos direitos e de seus portadores.

III. Os DH podem servir ao discurso capitalista e à legitimação ideológica de interesses e dominação e à invisibilidade das formas de dominação e degradação da vida humana.

IV. Nos fundamentos do Código de Ética do/a Assistente Social 1993 são reconhecidos os limites dos direitos humanos, por outro lado, afirma-se que não convém negá-los em absoluto, pois podem ser tratados como estratégia de resistência, no interior das contradições da sociedade capitalista.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) II, apenas.

(B) III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

78 No capítulo IV do Código de Ética do/a Assistente Social (1993), intitulado “Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil”, no Art.12, é direito do/a Assistente Social

- (A) participar em sociedades científicas, tendo em vista a dimensão investigativa da profissão, portanto, torna-se necessária a formação *lato e stricto sensu* do/da Assistente Social, para consolidação científica de seu fazer profissional.
- (B) participar em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.
- (C) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, independentemente do viés ideológico da concepção de cidadania.
- (D) participar da direção das entidades representativas da profissão, CFESS-CRESS e ABEPSS, com direito à licença remunerada do trabalho, no período exato da gestão.
- (E) recusar-se a participar das gestões das entidades representativas da categoria, mesmo que o voto nas eleições das entidades da categoria seja obrigatório em todo território nacional.

79 No Código de Ética do/a Assistente Social (1993, p.29), no capítulo I “Das Relações com os/as Usuários/as”, no Art. 5º, está estabelecido que um dos deveres do/a Assistente Social nas suas relações com os/as usuários/as é: “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as”.

Acerca do referido dever, julgue as afirmativas abaixo:

- I. Acessar as informações dos programas disponíveis no espaço institucional fortalece a capacidade crítica do/da usuário/a para reivindicar seus direitos.
- II. O acesso às informações pelos usuário(a)s depende se estas são sigilosas, ou não, para a organização.
- III. As informações sobre os serviços disponíveis nas instituições estão intrinsecamente vinculadas à dimensão técnico-operativa da profissão.
- IV. A burocracia das instituições pode se constituir num campo de enfrentamento técnico e político do/da Assistente Social, para garantir aos(a) usuários(as) o acesso democrático às informações sobre seus direitos sociais.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

80 A concepção de ética no Serviço Social, que ancora o projeto profissional hegemônico, se inspira na tradição da ontologia do Ser Social, rompendo com o tradicionalismo e buscando a emancipação humana e a justiça social. Com esse embasamento, o Projeto Ético-Político da profissão

- (A) reconhece os projetos societários em luta na sociedade contemporânea, na qual se insere o trabalho do/da Assistente Social, como campo de tensionamento ideopolítico, de modo que sua atuação profissional ultrapassa a neutralidade axiológica.
- (B) foi definido a partir da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (1957), o que demarcou a ruptura normativa com o Serviço Social conservador.
- (C) é um campo permanente de lutas e precisa sempre ser reafirmado como dimensão teleológica da profissão, para que haja consenso na totalidade da categoria sobre a superação da sociedade burguesa.
- (D) propõe como horizonte principal a eficiência administrativa e a racionalização burocrática das políticas sociais, entendendo o papel do/a Assistente Social como gestor técnico de recursos e serviços, desvinculado de projetos utópicos de superação da ordem social.
- (E) fundamenta-se na defesa de uma ética universal e na defesa intransigente dos direitos humanos, priorizando valores consensuais, em detrimento dos individuais.

81 O clássico debate sobre os instrumentos e técnicas do Serviço Social nos anos 1990 é redimensionado com as produções de Sarmento (1994) e Guerra (1995), permitindo a ultrapassagem crítica de uma abordagem meramente tecnicista. A instrumentalidade, segundo Guerra (1995),

(A) é a mediação que permite trabalhar instrumentos e técnicas profissionais operativos, numa perspectiva de totalidade, considerando e articulando categorias teóricas e éticas sobre a realidade, logrando em aproximações sucessivas à ultrapassagem do tecnicismo.

(B) ocorre na medida em que o uso dos instrumentos ganha precedência em relação à teoria que fundamenta a ação profissional, forçada pelas demandas cotidianas das instituições.

(C) é o procedimento vinculado às demandas dos(as) usuários(as) e à superação do tecnicismo, se vinculando às exigências do espaço socioinstitucional.

(D) em respeito à cultura profissional do Serviço Social, construída historicamente, é um conceito que assume que não é possível reelaborar a forma de uso dos instrumentos do Serviço Social na ordem capitalista, contexto no qual se encontram as instituições que contratam os assistentes sociais.

(E) é a realização dos diferentes instrumentais técnicos usados pelo(a) Assistente Social, tendo sua definição estabelecida desde a emergência do Serviço Social na sociedade capitalista e, portanto, a sua superação é uma perspectiva que parte da intencionalidade técnico-operativa da profissão.

82 Conforme Fávero (2004, p. 42), o estudo social tem “por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais”. Considerando tal fundamentação, analise as seguintes afirmativas:

I. O estudo social deve ser elaborado a partir da visão de mundo do/da Assistente Social, com uma descrição objetiva da realidade, de modo a expor no documento técnico os dados da realidade, na sua expressão mais transparente e isenta da interferência subjetiva do/da usuária, para assegurar a autonomia intelectual do profissional que o elabora.

II. O estudo social é um documento opinativo, que pode ser construído a partir do caso em estudo, considerando a intrínseca relação entre demanda institucional e demanda social.

III. O estudo social deve ser construído com base nos princípios ético-políticos da profissão, garantindo a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a não discriminação. É estruturado a partir dos sujeitos para os quais a ação está dirigida, das formas de abordagem desses sujeitos, bem como se caracteriza pela utilização dos instrumentos técnico-operativos e pela produção de documentos.

IV. Na elaboração do estudo social, ao partir da dimensão da singularidade trazida pelos/as usuários/usuárias através das demandas institucionais, a conexão com a dimensão da totalidade torna-se imprescindível para pensar a melhor intervenção na situação em estudo.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I e III, apenas.

83 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022) sistematizou, com base em conteúdo de recursos processuais disciplinares, que envolveram denúncias éticas relativas, direta ou indiretamente, a opinião técnica emitida e a forma como foi expressa e/ou registrada pela/o Assistente Social em informes, prontuários, relatórios, laudos ou pareceres sociais. Isso revelou a complexidade do domínio da particularidade do uso do instrumental técnico na especificidade do trabalho cotidiano do/da Assistente Social. Nesse contexto, o laudo social

(A) por ser instrumento técnico-operativo, deve responder a todos os quesitos formulados pelas partes envolvidas no caso estudado, desde que estejam relacionados às requisições da gestão institucional.

(B) é um documento opinativo, no qual o/a Assistente Social pode emitir juízos de valor pessoais, desde que fundamentados em sua experiência prática.

(C) deve conter respostas a quesitos pertinentes ao campo técnico-científico do Serviço Social, sendo elaborado com rigor teórico-metodológico e em consonância com os princípios ético-políticos da profissão.

(D) é um importante documento elaborado pelo Assistente Social, que descreve a situação social dos sujeitos. No entanto, em situação de emergência, prescinde do estudo social prévio.

(E) pode extrapolar os limites do Serviço Social, oferecendo pareceres em áreas correlatas, quando solicitado em situações que requeiram urgência, em razão da interdisciplinaridade das perícias.

84 A visita domiciliar realizada por Assistente Social se constitui em um dos instrumentos técnicos de trabalho profissional mais complexos, tendo em vista a sua arriscada relação com o controle das vidas privadas dos usuários/as. Assim, a visita domiciliar

(A) em uma perspectiva crítica, precisa, primeiramente, estar claramente pautada em um referencial teórico metodológico que fundamente a relação profissional e que supere uma relação hierárquica e disciplinar que resulte em sentimento de submissão ao usuário.

(B) é antecedida pela observação, que é etapa inicial na realização de uma visita domiciliar, mas deve ser realizada com ética, discrição, evitando que o usuário confunda a observação com as outras etapas da própria visita.

(C) deve considerar a burocracia institucional, como elemento que pode prejudicar a realização da visita domiciliar, na medida em que o(a) profissional se paute nas conversações no limite das demandas institucionais e das requisições dos(as) usuários(as).

(D) deve, invariavelmente, ser realizada com aviso prévio ao/a usuário/a, definindo melhor horário e dia, em comum acordo entre a família a ser visitada e a equipe multiprofissional que acompanha o Serviço Social para observação.

(E) é rejeitada como instrumento profissional pela perspectiva crítica da profissão, em razão de seu tradicional teor conservador, exceto em caso de demanda do sistema de justiça.

85 O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que exige políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. No Brasil, a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842/1994 (PNI), representa um marco na consolidação de direitos sociais. Nesse contexto, os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa desempenham papel estratégico, pois são instâncias de controle social responsáveis por acompanhar, propor e fiscalizar a implementação dessa política. Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso

(A) objetiva garantir acesso da pessoa idosa a serviços de saúde, assistência social, educação, cultura e lazer e promover a integração comunitária e familiar.

(B) visa concretizar seus objetivos e, para tanto, criou os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, os quais atuam como órgãos colegiados fiscalizadores e consultivos, o que permite a autonomia política e financeira da PNI.

(C) tem como competências propor diretrizes e prioridades para garantia dos direitos das pessoas idosas, e compartilha com o Ministério dos Direitos humanos o acompanhamento, a avaliação e a execução de programas e ações governamentais.

(D) prevê a existência de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa que funcionem como espaços democráticos, assegurando acesso às referidas políticas, nos casos em que este segmento populacional se encontre em situação de extrema vulnerabilidade social.

(E) prevê a existência de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, que desempenham papel estratégico, pois são instâncias de controle social responsáveis por elaborar, fiscalizar e implementar políticas de atendimento, conforme estabelece o Estatuto do Idoso.

86 Uma longa trajetória histórica se passou, desde a “roda dos expostos”, passando pelo Código de Menores, até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), e elevar o conceito de adoção a um patamar que reconhece a criança e o adolescente como “sujeito de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. Nesse particular, a habilitação dos adotantes é requisito indispensável para o processo de adoção, na qual

(A) a inscrição dos pretendentes nos cadastros de adoção é facultativa, podendo o juiz deferir a adoção independentemente da ordem de inscrição, desde que haja parecer favorável do Ministério Público.

(B) é exigido estudo psicossocial e jurídico, realizado por equipe técnica interprofissional, sendo vedada a dispensa desse requisito, ainda que haja vínculo afetivo prévio entre adotante e adotando.

(C) é obrigatória a consulta aos cadastros estadual, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e é recomendada a consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados, nos casos de adoção internacional.

(D) a adoção internacional, quando deferida, dispensa a habilitação prévia dos adotantes no Brasil, bastando a comprovação de que o país de origem do adotante possui legislação compatível com a Convenção de Haia.

(E) a ordem cronológica de inscrição dos habilitados nos cadastros de adoção deve ser respeitada, salvo quando houver interesse superior da criança ou adolescente, devidamente fundamentado pela autoridade judiciária.

87 O adolescente autor de ato infracional costuma trazer na sua sociobiografia traços de vitimização por violências familiar, comunitária e estatal, se revitimizando quando comete um ato infracional, sendo estigmatizado, em consequência. Nesse sentido, o ECA, no que tange ao conceito de ato infracional, avançou profundamente, demarcando o novo estatuto de sujeito de direitos. Sobre o assunto, é correto afirmar que

(A) o ato infracional é definido como a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por criança ou adolescente, sendo que a criança está sujeita às medidas socioeducativas previstas no ECA, enquanto o adolescente está sujeito às medidas de proteção.

(B) a aplicação de medida socioeducativa ao adolescente autor de ato infracional exige, obrigatoriamente, a realização de audiência de apresentação, com defesa técnica, contraditório e ampla defesa, sendo vedada a imposição de medida sem processo legal adequado.

(C) a internação, como medida socioeducativa, pode ser aplicada por prazo indeterminado, desde que haja reiteração de atos infracionais graves, cabendo ao juiz decidir sobre a manutenção da medida com tempo indeterminado.

(D) a prática de ato infracional por adolescente autoriza, em qualquer hipótese, a decretação de prisão preventiva, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Penal, em razão da gravidade da conduta.

(E) a remissão prevista no ECA é instituto que extingue o processo, e é atribuição a cargo da primeira instância judiciária.

88 Desde a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no Brasil, a violência contra a mulher se enquadrava em crime de maior poder ofensivo e a aplicação das medidas protetivas às mulheres, pelos/as juizes/as, passaram a ser acompanhadas por uma equipe multiprofissional, consubstanciando um atendimento específico e humanizado. Sobre o atendimento multidisciplinar, é correto afirmar que

(A) a equipe de atendimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher terá sua opinião técnica emitida por profissionais que cursaram uma habilitação específica em violência de gênero.

(B) compete a esta equipe fornecer subsídios ao juiz, mediante laudos escritos, vedada manifestação verbal em audiência.

(C) o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante indicação da equipe multidisciplinar, quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada.

(D) a previsão e execução orçamentária para a criação e manutenção da equipe multidisciplinar é competência do poder executivo.

(E) a atuação da equipe multidisciplinar no atendimento da mulher ofendida não alcança ao agressor, em virtude do comprometimento ético de estar acompanhando a vítima.

89 Uma das inovações mais promissoras foi a Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio, que incluiu nos currículos oficiais da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesse contexto, é correto afirmar que

(A) o aprofundamento de estudos que têm por objetivo a cultura africana dentro da educação básica, como prevê a Lei nº 10.639/03, viabilizará a realização de um ensinamento em que, prioritariamente, negros terão um conhecimento qualificado da cultura afrodescendente brasileira.

(B) isso implica na necessidade de abordar essa temática no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui os ensinos fundamental e médio, priorizando as regiões norte e nordeste do Brasil, com maior percentual da presença da população negra do país.

(C) a mencionada Lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em diferentes disciplinas, como Artes, Literatura e História, destacando as contribuições do povo negro nas dimensões social, econômica e política.

(D) a Lei nº 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira às disciplinas de história, de modo que nas outras áreas do conhecimento fica facultada a possibilidade da integração a este conteúdo.

(E) o cumprimento da legislação prevê que o ensino da cultura africana e afro-brasileira seja facultativo às escolas privadas, cabendo apenas às instituições públicas a responsabilidade de implementar tais conteúdos no currículo.

90 No capítulo IX do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Art. 43, estabelece-se que o poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo. Considerando tal fundamentação, analise as seguintes afirmativas:

- I. O poder público deve superar Barreiras Atitudinais: preconceito, discriminação (capacitismo), paternalismo e a visão da PcD como "herói" ou incapaz, dificultando a interação e a autonomia.
- II. O poder público deve assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo, por meio da disponibilização de acompanhante para suporte a PcD.
- III. O poder público deve assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

91 O trabalho, concebido como categoria fundante da vida social, constitui, simultaneamente, expressão da trajetória individual e da experiência coletiva dos sujeitos. Inserido na lógica do capital, o processo de organização laboral frequentemente assume caráter destrutivo, gerando condições que favorecem o adoecimento e que produzem o absenteísmo e presenteísmo. Nesse sentido, analisem-se as afirmativas a seguir:

- I. O presenteísmo configura-se como uma manifestação do adoecimento no contexto laboral, caracterizada pela permanência do trabalhador em suas atividades, mesmo diante de limitações físicas ou psicológicas que comprometam sua plena capacidade de desempenho.
- II. O presenteísmo se caracteriza pela presença do/da trabalhador/a no espaço laboral em casos de doenças crônicas.
- III. O presenteísmo é uma tendência do mercado de trabalho capitalista para classificar os tipos de faltas do/da trabalhador/a que estejam associadas à ausência de saúde.
- IV. O presenteísmo é uma invenção social do mundo do trabalho capitalista contemporâneo que cria regras de controle da vida do/da trabalhador/a, segundo a OMS.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

92 O absenteísmo, como um fenômeno nas relações de trabalho, pode ser compreendido como expressão das contradições da organização do trabalho na lógica do capital, considerando, principalmente, que sua mensuração, exclusivamente estatística, não capta os determinantes sociais, psicológicos e organizacionais que o produzem. Considerando tal fundamentação, analise as seguintes afirmativas:

- I. O absenteísmo ainda está longe de descobrir suas causas e consequências, em virtude do baixo nível de pesquisas científicas no mundo do trabalho.
- II. O absenteísmo, segundo a literatura mais atual, é um fenômeno multidimensional e contraditório, que não pode ser reduzido a números de faltas.
- III. O absenteísmo é uma expressão de desigualdades sociais e condições precárias de trabalho, afetando as populações de baixa renda, consideradas vulnerabilizadas e que se encontram no setor produtivo do mercado.
- IV. O absenteísmo, como problema de saúde mental, apresenta maior incidência de afastamentos relacionados a estresse, ansiedade e depressão em mulheres.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

93 A dependência de substâncias psicoativas configura-se como um transtorno marcado pela heterogeneidade, na medida em que não se manifesta de forma homogênea entre os indivíduos. Trata-se de um fenômeno multifacetado, cuja expressão clínica e social resulta da interação de múltiplos determinantes — biológicos, psicológicos, sociais e culturais — que se articulam em diferentes contextos e circunstâncias. Nesse sentido,

(A) a redução de danos tem alto custo de serviços da saúde privada, por esse motivo, é inacessível às populações vulneráveis.

(B) a redução de danos é uma política que rompe com visões moralizantes e punitivas, propondo uma abordagem humanizada, contextual, interdisciplinar e religiosa.

(C) é importante a redução de danos, por reconhecer cada usuário em suas singularidades, traçar com eles estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida.

(D) trata-se de um fenômeno com duas dimensões, cuja expressão clínica e social resulta da interação entre determinantes biológicos e psicológicos.

(E) a redução de danos tem como meta principal substituir os tratamentos médicos convencionais por práticas alternativas que não retirem as pessoas da sua comunidade.

94 O Ministério da Saúde e outras instâncias de Estado, além de setores da sociedade civil organizada, afirmam que o consumo de álcool e outras drogas é um grave problema de saúde pública. Segundo a Fiocruz, "(...) O consumo de álcool no Brasil está entre os mais elevados da América Latina" (Antunes, 1999). Sobre a política de atendimento público nesta demanda,

(A) o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento gratuito e de "porta aberta", por meio de uma rede de atenção médico-hospitalar.

(B) o atendimento de porta aberta traduz o princípio da acessibilidade imediata, garantindo acolhimento universal e contínuo, especialmente para pessoas em sofrimento psíquico ou em uso problemático de substâncias ilícitas.

(C) o atendimento gratuito e de porta aberta do SUS, por meio da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), representa um avanço civilizatório na abordagem do álcool e outras drogas. Ao articular princípios da "Reforma Psiquiátrica" e da redução de danos, consolida-se como um modelo de cuidado integral, comunitário e humanizado.

(D) o enfrentamento do consumo problemático de álcool e outras drogas no Brasil exige uma abordagem integral, que reconheça a complexidade do fenômeno e valorize práticas humanizadas das comunidades terapêuticas como principais equipamentos de políticas públicas.

(E) o Sistema Único de Saúde - SUS constrói campanhas de prevenção de consumo de álcool e outras drogas para a população atendida na rede SUS, bastando, para ser atendido, estar cadastrado no CadÚnico.

95 No Brasil, desde o início da epidemia de Aids (1980) até 31 de dezembro de 2024, foram registrados 402.300 óbitos, tendo o HIV ou a Aids como causa básica. No entanto, em 2025 o Brasil recebeu certificação da OPAS/OMS e se consolidou como o único país continental a eliminar a transmissão vertical do HIV, já que o número de mortes por HIV/Aids caiu 13%, entre 2023 e 2024. Considerando tal fundamentação, analise as seguintes afirmativas:

I. O acesso universal reduziu a carga viral das pessoas vivendo com HIV, diminuindo a transmissão (estratégia conhecida como Tratamento como Prevenção – TasP), que contou com o impacto da absorção da terapêutica preventiva inaugurada pela saúde privada na América Latina, somando no avanço da prevenção.

II. A integração do SUS com políticas de direitos humanos se volta para populações vulneráveis, LGBTQIAPN+, pessoas privadas de liberdade, populações indígenas, mulheres em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a inclusão social desses segmentos populacionais.

III. O acolhimento à pessoa vivendo com HIV ou Aids é atribuição de todos os profissionais da equipe e deve se iniciar assim que a pessoa chegar ao serviço de saúde, com a garantia de uma escuta respeitosa e profissional, independentemente do motivo que a levou a buscar ajuda.

IV. Mulheres em situação de violência doméstica ou de desigualdade de poder nas relações têm menos autonomia para negociar o uso de preservativos como prevenção e combate à contaminação do HIV.

São verdadeiras as afirmativas

(A) II e IV, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I e III, apenas.

96 O desenvolvimento da Política de Saúde Mental no Brasil (Lei nº 10.216/2001) esteve estreitamente vinculada à criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os grandes avanços desta política, encontra-se a superação da perspectiva hospitalocêntrica, centrada nos hospitais psiquiátricos, com a criação de Núcleos/Centros de Atenção Psicossocial (NAPS e CAPS). Na implementação da Política de Saúde mental,

(A) os CAPS são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, constituídos por equipe multiprofissional, que atuam sob a ótica interdisciplinar e realizam, prioritariamente, atendimento em grupo às pessoas com sofrimento ou transtorno mental – incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso abusivo de substâncias.

(B) as Unidades de Pronto Atendimento (UPA-24horas) são fundamentais no atendimento de situações de urgência psiquiátrica, nas quais o psiquiatra faz o primeiro atendimento e encaminha o paciente para um CAPS no território.

(C) o acolhimento inicial realizado nos CAPS pode se dar por demanda espontânea ou referenciada, incluindo as situações de crise no território, desde que a pessoa atendida chegue através do uso do serviço de ambulância 192.

(D) no CAPS, a escuta qualificada é realizada inicialmente pelo psiquiatra de referência no território, a partir do que os vínculos são construídos para o atendimento humanizado em saúde mental.

(E) o CAPS reafirma a legitimidade da pessoa e/ou familiares que buscam o serviço e visa reinterpretar as demandas, construir o vínculo terapêutico inicial e/ou corresponsabilizar-se pelo acesso a outros serviços, caso necessário.

97 O Art. 3º da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, define que é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da Política de Saúde Mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família. A partir dessa perspectiva, no plano da responsabilidade institucional do atendimento à saúde mental da população,

(A) a assistência será prestada em estabelecimentos de saúde mental, quais sejam: as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais e centros comunitários de apoio à convivência familiar e reinserção social do paciente ao seu meio.

(B) a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

(C) a internação voluntária é uma alternativa menos traumática, pois é aquela que se dá com o consentimento do usuário e de uma pessoa de referência na família que possa se responsabilizar pelo paciente, em caso de agravamento da crise.

(D) a internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por profissionais da equipe multiprofissional especializada em saúde mental e devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais.

(E) no caso de internação compulsória, é determinada pela justiça conjuntamente com a anuência de familiar responsável pelo paciente.

98 A Política Pública brasileira voltada à proteção dos direitos de crianças e adolescentes é uma das mais avançadas do mundo. Traduz-se no Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do adolescente (SGDCA), com amplo respaldo legal, e estrutura-se como um conjunto de ações Estado/Sociedade que visam à proteção integral da criança e do adolescente, sendo que o SGDCA

(A) fundamenta-se na doutrina da situação irregular, que emergiu na construção constituinte do ECA como busca da superação das desigualdades sociais, inerentes à sociedade capitalista.

(B) funciona com base no Poder Judiciário e suas redes de proteção social, que coordena, em parceria com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, as ações protetivas.

(C) organiza-se em eixos complementares: promoção, defesa e controle social, com base na articulação de múltiplas políticas públicas do executivo e ações do judiciário, incluindo ações de entidades não-estatais.

(D) articula ações públicas de diversos órgãos e níveis governamentais e não governamentais, incluindo a relevante ação dos Conselhos Tutelares, que são ligados à área da Assistência Social, cujos funcionários respondem ao ministério público.

(E) quando suas ações se vetorizam, através das competências do Conselho Tutelar, este carrega a prerrogativa de, em nome de proteger crianças e adolescentes de violações, seja da família ou da sociedade, aplicar medidas socioeducativas em meio aberto.

99 A Política Nacional de Juventude no Brasil (PNJ - Lei nº 12.852/2013), como outras políticas públicas por segmento no país, carrega em si seu avanço normativo e metodológico e, no plano real, suas contradições e ambiguidades. Nesse sentido, considere as seguintes afirmações:

- I. Desde a implementação da PNJ no país, assistimos à redução da violência contra jovens, especialmente, contra a juventude negra e periférica, graças à integração de políticas inovadoras e com financiamento crescente.
- II. Os estudos mais recentes sobre os impactos das políticas intersetoriais que compõem a PNJ revelam que o grande impacto social na melhoria de indicadores sociais, nos últimos 10 anos, ancorados no Programa “Pé-de-meia” é a fixação do jovem na escola.
- III. A PNJ, criada em 2013, recebeu seu maior impulso a partir do governo Temer, mas sendo drasticamente reduzida no governo seguinte, expressando, como consequência, o agravamento da violência praticada por jovens periféricos.
- IV. Na PNJ estão estabelecidos os direitos de cidadania deste segmento e, entres eles, figuram: educação, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, lazer, liberdade de expressão, meio ambiente, entre outros.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) IV, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

100 A “Revolução informacional”, como denominou o sociólogo Jean Lojicine nos anos 1990, hoje está consagrada até nos vernáculos populares, de modo que as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) invadiram todos os setores da vida humana, inclusive o trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais. Sobre o assunto, examine as afirmativas:

- I. A compreensão da geração de valor pelo trabalho explorado nas relações capitalistas de produção, com o advento das TICs nos processos de trabalho, provocou uma redução das taxas de mais-valia, em função da agregação de automação e robotização, reduzindo o tempo de trabalho despendido.
- II. Pesquisas recentes revelaram que o deslocamento de significativa parte do tempo de trabalho técnico despendido por assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais para o manejo de TICs no funcionamento administrativo, financeiro e técnico operativo, na gestão de políticas sociais, vem gerando a intensificação do trabalho e a redução de contratação de profissionais.
- III. A chegada das TICs na esfera das políticas sociais permitiu ao trabalho profissional de assistentes sociais extrair de seu processo de trabalho, através das TICs, a dimensão burocrática desgastante e liberando mais tempo técnico para uma interatividade qualitativa com as(os) usuárias(os), aumentando a possibilidade de garantia de seus direitos sociais.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.